

## CNJ: Oficina de Pais e Mães online forma 9 mil em três anos



Em três anos, ao menos 9.048 pessoas concluíram a versão online da Oficina de Pais e Mães ofertada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No ar desde outubro de 2015, o curso foca casais em divórcio, sobretudo quando há filhos. O intuito é ajudá-los a entender efeitos da separação e superar dificuldades geradas pela mudança.

Desde o lançamento, foram criadas 19.691 vagas. A taxa de conclusão, ao redor de 45%, supera a de outros materiais oferecidos pelo CNJ — mais próxima de 40% —, informa o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (CEAJud). Uma das razões seria o fato de parte do público realizar a oficina por ordem ou recomendação judicial.

Qualquer um pode se matricular, após registro na página, e, ao término, receber declaração de conclusão. Voltado a iniciantes, o processo é autoinstrucional — sem tutor. O ambiente dispõe de textos, vídeos e conteúdos interativos, além de fórum. Os detalhes sobre o curso podem ser acessados no link <http://bit.ly/2BTW5im>.

### Aniversariantes

**Hoje:** Juiz federal Fabio Rogério França Souza (21ª Vara), Antônio Carlos de Brito Ramalho (NUCJU), Márcia Cristina de Freitas (Biblioteca) e Irineu Barbosa de Oliveira Junior (CS Gestão & Serviço). **Amanhã:** João Paulo Meireles Souza (12ª Vara), Jamile Porto Rodrigues (Feira de Santana), Alane da Silva Santos (Campo Formoso) e Rafael Souza Bittencourt Rodrigues (Feira de Santana). **Domingo:** Kate Anne Edwards de Oliveira (Turma Recursal), Amilton Silva de Carvalho (Barreiras), Marli Bastos Queiroz Barreto (11ª Vara), Marco Antônio Pereira Soares (Ilhéus), Alessandra Pereira Reis (13ª Vara), Patrícia de Sales Reis (9ª Vara), Ricartia Alves Pereira (Irecê), Anderson Pedra Branca Braga (Feira de Santana) e Maria Eduarda Cordeiro Viterbo Pinto (Turma Recursal). **Segunda-feira:** Larissa Povoas de Souza Paes (Turma Recursal) e Paulo Roberto Pastore Fernandes (Viverde).

**Parabéns!**

Dividido em cinco módulos, o material aborda temas como efeitos do término do relacionamento tanto para os pais quanto para os filhos, legislação e alienação parental. Para concluir a formação, é preciso obter 70% da nota em cada etapa.

Há pesquisa de satisfação ao fim do curso. Em regra, os alunos avaliam que o material ajuda a entender melhor a experiência da separação (98%), a importância dos pais na vida dos filhos (99%) e a cuidar melhor deles (95%). Chega a 99% a taxa dos concluintes que recomendaria o conteúdo para outra pessoa.

Inscritos também deixam relatos na página. “Acrescentou conhecimento e trouxe uma melhor visão, de suma importância, para compreender o que esses conflitos parentais geram nas crianças”, diz um deles. “Um maior aprendizado sobre a relação de homem e mulher após o fim de um casamento, mas sempre visando o bem-estar dos filhos”, conta outro.

Após pais e mães, os mais presentes entre os inscritos no curso do CNJ são psicólogos e assistentes sociais — alunos ou formados. Mediadores e advogados surgem a seguir. Também já se inscreveram avós, padrastos e madrastas. Servidores de tribunais, em especial dos centros de conciliação e das varas de família, buscam o aprendizado, bem como estudantes de Direito.

A maioria descobre o material via internet. Além do portal do CNJ, chegam informações por meio de redes sociais como Facebook e Twitter. Indicações de amigos são a segunda maior fonte. Destacam-se ainda juízes, mediadores e advogados como divulgadores do conteúdo.

**Dois em cada três casais em divórcio têm filhos** - Os dados mais recentes sobre registro civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que um em cada três casamentos acaba em divórcio. Em 2017, o país teve o segundo ano seguido de alta das separações e de redução das novas uniões. Entre os casais em dissolução, mais de dois terços (71,1%) têm filhos.

Fonte: CNJ

## NUAUD divulga Plano Anual de Auditoria Interna 2019

O Plano Anual de Auditoria Interna 2019 do Núcleo de Auditoria Interna (NUAUD) já está disponível nos autos do PA SEI 0015369-83.2018.4.01.8004, assim como no portal online da Seção Judiciária da Bahia, por meio do link <http://bit.ly/2Qfnd2i>. O documento foi elaborado em conformidade com as Resoluções CNJ 171/2013 e Resolução TRF1 57/2017 e tem como finalidade definir as ações a serem promovidas pelo Núcleo durante o exercício de 2019.

No âmbito interno, o Núcleo pretende dar continuidade ao processo de utilização das ações de auditoria para agregação de

valor para a Administração, implementar a gestão de riscos da unidade e capacitar os servidores para ganhar maturidade na utilização das técnicas de auditoria.

Já no âmbito externo, planeja incentivar a implantação: de ações de capacitação de servidores e de gestores voltadas para o fortalecimento da primeira e segunda linha de defesa; do planejamento estratégico; da gestão de riscos e de controles internos. Pretende ainda promover auditorias que resultem em fortalecimentos dos controles internos, melhoria de processos e por maior eficiência aos gastos.



## Último dia para contribuir com o Natal dos Terceirizados



Há vários anos a Comissão de Ação Social se reúne no final do ano para festejar o Natal com os terceirizados que trabalham nesta Seccional. Para isso, a Comissão pede a colaboração dos servidores no valor mínimo de R\$30,00.

As doações devem ser entregues na Biblioteca até hoje, dia 07/12.

## Você sabia que a JF dispõe de uma Política de Segurança da Informação?

A Resolução CJF nº 6/2008 dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação e a utilização dos ativos de informática no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

A Política visa preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações, descrevendo a conduta considerada adequada para o tratamento da informação em todo o seu ciclo de vida (criação, manuseio, armazenamento, transporte e descarte).

A partir dessa Resolução, foram elaborados alguns documentos acessórios onde ficam contidas as orientações e melhores práticas para as diversas disciplinas abordadas. São eles: Política de Segurança para Desenvolvimento, Aquisição e Manutenção de Sistemas; Política de Auditoria de Segurança da Informação; Política de Gestão de Continuidade de Negócios; Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação; Política de Utilização de Recursos de TI; Política de Controle de Acesso Lógico; e Política de backup.

Todos estes documentos estão publicados na página: <http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/politica-de-seguranca-da-informacao>

Fonte: CJF

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de Jornalismo:** Carolina Sales Barreto. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.